



## CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE BOM JESUS DOS POBRES (SAUBARA-BA): UMA ABORDAGEM ETNOECOLÓGICA ABRANGENTE

### SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN THE FISHING COMMUNITY OF BOM JESUS DOS POBRES (SAUBARA-BA): A COMPREHENSIVE ETHNOECOLOGICAL APPROACH

<sup>1</sup>\*Francisco José Bezerra SOUTO, <sup>2</sup>Ketlen dos Santos SAMPAIO

<sup>1,2</sup>Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Ciências Biológicas, Laboratório de Etnobiologia e Etnoecologia, Feira de Santana, Bahia, Brasil. \*franze.uefs@gmail.com

Submitted: 11/11/2019; Accepted: 12/03/2020

#### RESUMO

A pesca artesanal corresponde à quase totalidade da atividade pesqueira no Estado da Bahia, sendo desenvolvida em mar aberto, em afloramentos recifais ou em áreas de manguezais. Dentre as áreas de ocorrência desses ecossistemas no estado, da Bahia, destaca-se a Baía de Todos os Santos (BTS). Apesar de sua importância ecológica, esta baía é extremamente impactada por vários empreendimentos e construções, o que leva ao estabelecimento de muitos conflitos socioambientais com comunidades pesqueiras, como é o caso da de Bom Jesus dos Pobres (Saubara-BA). Propõe-se com este trabalho analisar os diversos conflitos locais à luz da abordagem etnoecológica abrangente. Para isto foram gravadas entrevistas semiestruturadas com 35 especialistas em diversas modalidades de pesca e mariscagem, quando foram abordados assuntos relacionados à percepção do ambiente de pesca e aos conflitos socioambientais. Foram registrados três grandes tipos de conflitos: aqueles em torno da disputa pelo controle sobre os recursos ambientais; conflitos em torno dos impactos sociais e/ou ambientais gerados pela ação humana; e conflitos em torno de valores culturais e modo de vida. Quanto à origem também foram registrados conflitos endógenos (internos) e exógenos (externos). Transformações causadas pela opção desenvolvimentista na região, marcadas pelas profundas diferenças de interesses entre as tradições e o capital, bem como modificações em estratégias de pesca na comunidade, são a base dos conflitos socioambientais locais.

**PALAVRAS CHAVE:** Choque cultural, desenvolvimento, pesca artesanal

#### ABSTRACT

Artisanal fishing corresponds to almost all of the fishing activity in the State of Bahia, developed in the open sea, in coral reefs or in mangrove areas. The Todos os Santos Bay (BTS) is an important occurrence areas of these ecosystems in the state of Bahia. Despite its ecological importance, this bay is strongly impacted by several ventures and buildings, which leads to the establishment of many socio-environmental conflicts to fishing communities, such as the Bom Jesus dos Pobres district (Saubara-BA). The aim of this paper is to analyze the local conflicts through the comprehensive ethnoecological approach. Semi-structured interviews were recorded with 35 specialists in various fishing and shellfish modalities, when subjects related to the perception of the fishing environment and social and environmental conflicts were addressed. Three major types of conflict were recorded: those over the dispute for control over environmental resources; conflicts over social and /or environmental impacts generated by human action; and conflicts around cultural values and way of life. Regarding origin, endogenous (internal) and exogenous (external) conflicts were also recorded. Transformations caused by the developmental option in the region, marked by profound differences in interests between traditions and capital, as well as changes in community fishing strategies, are the basis of local socio-environmental conflicts.

**KEYWORDS:** Cultural shock, development, artisanal fishing

#### INTRODUÇÃO

Segundo Soares et al. (2009), o litoral baiano (com uma extensão de 1188 km e compreendendo 14% do litoral brasileiro) abriga 347 comunidades pesqueiras, distribuídas em 44

municípios. No Estado da Bahia, a pesca artesanal corresponde à quase totalidade da atividade pesqueira, sendo constituída por duas atividades distintas: a mariscagem, que inclui a captura de moluscos bivalves, caranguejos, siris e aratus; e a pesca propriamente dita, que lida com os peixes e com crustáceos, como o camarão e a lagosta (BAHIA PESCA, 1994; SILVA, 2013; ALVES, 2015). No litoral baiano, as atividades de pesca são realizadas em mar aberto, em afloramentos recifais próximos à costa ou em estuários próximos a desembocaduras de rios. Isto, inclusive, também explica as altas taxas de biomassa encontradas nestes ambientes, o que também atrai muitas comunidades pesqueiras litorâneas que dela se servem para subsistência e renda (SOUTO, 2008; CASAL e SOUTO, 2018). Dentre as áreas de ocorrência de ecossistemas de recifes de coral e manguezal no estado, da Bahia, destaca-se a Baía de Todos os Santos (BTS), a qual, por se tratar de um sistema estuarino-lagunar, favorece de forma acentuada o desenvolvimento de densos bosques de mangues, mas também de vastas áreas de domínio de recifes de corais (BRITO, 1997).

A despeito de sua importância ecológica, a BTS vem sofrendo um intenso processo de degradação, através do lançamento de esgotos sem tratamento em suas águas, da atividade industrial, do desmatamento, da contaminação de invertebrados marinhos por metais pesados, da alteração no substrato por atividade portuária, da contaminação por acidentes com a extração e transporte de petróleo e seus derivados, da pesca com explosivos, dos aterros e da coleta indiscriminada de organismos ornamentais para artesanato (ALMEIDA, 1997; BRANDÃO, 2007; HATJE et al., 2009). É tão grave a situação que DIEGUES (1995) colocou a BTS já naquela época como a única área em estado crítico de degradação da região Norte-Nordeste, o que foi confirmado por Peixoto (2008) em estudo sobre ameaças e vulnerabilidade nesta baía. Segundo Rios (2019:35), “mesmo se tratando de territórios legais, tais como Áreas de Proteção Ambiental (APA), Reservas Extrativistas e/ou territórios quilombolas, etc., observa-se os espaços de uso das comunidades se tornaram áreas de interesse estratégico do capital”. Aliás, esse quadro vem se agravando ainda mais recentemente com a avalanche neoliberal que tem encontrado um solo fértil no Brasil e mundo afora, com efeitos têm sido altamente deletérios e destrutivos (ARAÚJO et al, 2019).

Apesar de toda degradação, manguezais e recifes da BTS ainda constituem uma grande fonte de recursos naturais. A continuidade desse processo destrutivo, portanto, constitui uma ameaça ao desenvolvimento socioeconômico e à qualidade de vida das populações que vivem da pesca e da mariscagem em áreas de manguezal, que, em via de regra, se manifesta em conflitos socioambientais (COUTO et al., 1997; PROST, 2010; CASAL, 2010; MARTINS, 2014; RÊGO, 2019). Segundo Acserald (2004), no processo de reprodução das sociedades, estas se confrontam com diferentes projetos de uso e significação de seus recursos naturais, sendo estes recursos sujeitos a conflitos entre distintos projetos, sentidos e fins. Ainda de acordo com o autor, o estudo dos conflitos ambientais é a ocasião para se dar visibilidade, no debate sobre a gestão das águas, dos solos, da biodiversidade e das infraestruturas urbanas, aos distintos atores sociais que resistem aos processos de monopolização dos recursos ambientais nas mãos dos grandes interesses econômicos.

A avalanche neoliberal encontrou um solo fértil mundo afora e no Brasil seus efeitos têm sido altamente deletérios e destrutivos.

Tendo em vista essa grave situação ambiental por qual passa a BTS, bem como a escassez de trabalhos com abordagem etnoecológica sobre conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras na Bahia, propõe-se aqui abordar a pesca artesanal, os pescadores e marisqueiras da comunidade de Bom Jesus dos Pobres (Saubara-BA), seus conhecimentos, práticas e percepções à luz da etnoecologia abrangente de Marques (1995), em suas “Bases Conflitivas”.

## **METODOLOGIA**

### **Caracterização da área de trabalho**

Conhecida como “Quirimurê” pelos Tupinambá, a Baía de Todos os Santos (BTS) foi “descoberta” e assim batizada por Américo Vespúcio em 01 de novembro de 1501, dia consagrado a todos os santos no calendário da Igreja Católica (QUEIROZ, 1993). Os primeiros registros históricos sobre esta Baía, entretanto, só foram feitos por Gabriel Soares de Souza na sua magnífica obra “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” (SOUZA, 2000), na qual descreve com grande riqueza de detalhes a paisagem, elementos da flora e da fauna e traços da cultura dos Tupinambá. Com o passar dos anos, suas águas e terras do entorno passaram por vários ciclos econômicos, como os do pau-brasil, cana-de-açúcar, pesca da baleia, fumo e farinha-de-mandioca e, mais recentemente, os da indústria têxtil e os petrolíferos, industrial extrativista, industrial de transformação, petroquímico e

turístico (SENNA, 1997; HATJE et al., 2009), todos estes deixando profundas marcas não apenas no ambiente, mas também na cultura da região (DIEGUES, 1995, 2001; OLIVEIRA, 1997; BRANDÃO, 2007).

Ecologicamente, a BTS é considerada um complexo estuarino-lagunar, caracterizado como um ecótono costeiro em contato permanente com o mar (ALMEIDA, 1997; BRITO, 1997). Com seus 1100 km<sup>2</sup> de superfície e 200 km de perímetro é a maior baía do Brasil, incluindo um conjunto de várias ilhas e núcleos urbanos do seu entorno e duas baías menores (Iguape e Aratu), limitada pelo seu promontório (Boca da Barra), onde se localiza a cidade de Salvador (GUEDES e SANTOS, 1997; TAVARES e CAMPOS, 1997). Em conjunto, a grande BTS possui litoral articulado com enseadas e pequenas baías, em torno do qual as baixadas litorâneas são desenvolvidas (DIEGUES, 2002).

Apesar da degradação intensa, resultante da poluição por petróleo, do despejo de esgotos domésticos e industriais, do corte de mangue e urbanização pouco controlada (DIEGUES, op. cit.), sua importância ecológica foi reconhecida oficialmente em 1999 com a criação da Área de Proteção Ambiental Baía de Todos os Santos, através do Decreto Estadual no. 7.595 em de 5 de junho de 1999. Com cerca de 800 km<sup>2</sup>, esta unidade de conservação abrange 54 ilhas e 13 municípios, com importantes áreas remanescentes de Mata Atlântica e de manguezais.

Ao longo das franjas da Baía, observa-se uma série de localidades onde podem ser encontradas praias extensas nas marés baixas e densos manguezais, com exceção de regiões próximas a alguns aglomerados urbanos ou áreas industriais, onde a própria pressão humana levou à extinção ou rarefação destes ecossistemas (BRITO, 1997). De acordo com a classificação fisiográfica revisada e simplificada por CINTRON et al. (1980 apud CINTRON e SCHAEFFER-NOVELLI, 1983), os manguezais encontrados na BTS são compostos por bosques ribeirinhos, que se desenvolvem ao longo das margens dos rios, frequentemente até o ponto onde chega a máxima intrusão salina, e bosques de borda e ilhote, que crescem em pequenas ilhas e ao longo de costas protegidas ou projeções da costa. Na composição destes bosques encontram-se principalmente os gêneros *Rhizophora*, *Laguncularia* e *Avicennia* (SCHAEFFER-NOVELLI, 1989; DIEGUES, 1995, 2001, 2002), embora o *Conocarpus* também possa ser encontrado em áreas mais periféricas (SOUTO, 2008). Os recifes de coral também compõem o rico acervo da biodiversidade da BTS (FONTOURA, 2017).

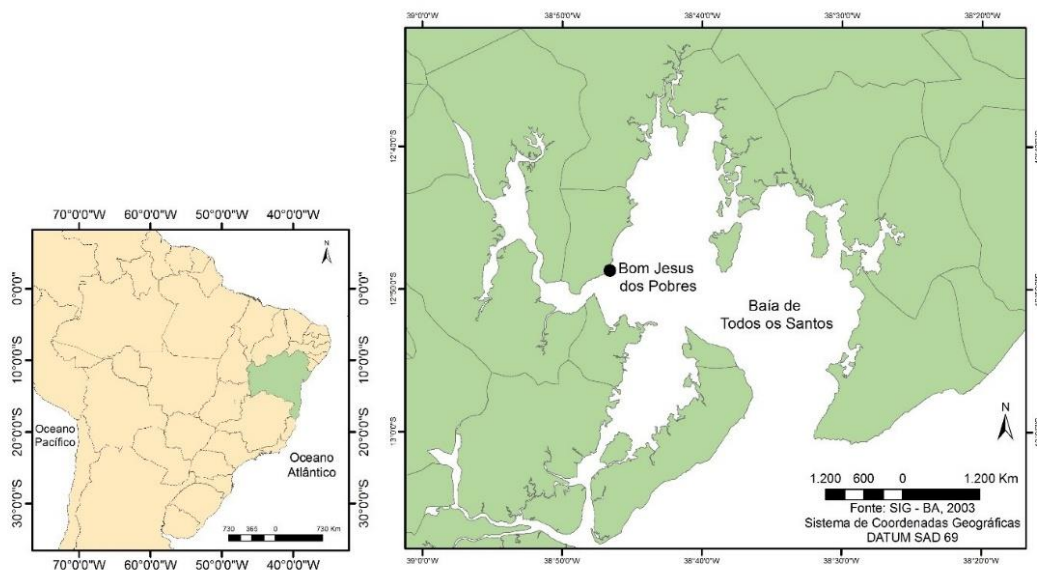
O distrito de Bom Jesus dos Pobres, pertencente ao município de Saubara, está situado na região denominada de Recôncavo Baiano, na costa oeste da BTS (Fig. 1). No recenseamento realizado pelo IBGE em 2010 a população local foi estimada em 1.954 habitantes, sendo 1.839 moradores da zona urbana e 106 da zona rural. Sua localização litorânea, associada à belas praias, faz de Bom Jesus um atrativo ao turismo regional, constituindo uma importante atividade econômica. Ainda assim, a pesca artesanal é a principal fonte de renda para a maior parte da comunidade. Consiste basicamente da mariscagem de moluscos bivalves, tais como ostras (*Crassostrea rhizophorae*), sururus (*Mytella guyanensis* e *M. falcata*), gastrópodes (*Strombus pugilis*) e pesca de siris (Portunidae) e caranguejo (*Ucides cordatus*). Também se observa localmente a pesca com redes usadas na captura principalmente de camarões (*Litopenaeus schimitti* e *Farfantepenaeus subtilis*) e peixes, como a sardinha (*Opisthonema oglinum*) e o xangó (*Cetengraulis edentulus*). A atividade pesqueira local é suportada pela existência na região de ecossistemas de manguezal e de recifes de coral.

### Coleta de dados

As entrevistas foram realizadas no período de outubro de 2010 e janeiro de 2013. Inicialmente foram realizadas entrevistas livres com informantes encontrados ad libitum com o intuito de se conhecer aspectos mais gerais das comunidades pesqueiras locais e suas práticas de pesca. Após esta etapa inicial, foram gravadas entrevistas semiestruturadas (AMOROZO et al., 2002) com 35 especialistas em diversas modalidades de pesca e mariscagem, quando foram abordados assuntos relacionados à percepção do ambiente de pesca e aos conflitos socioambientais. Durante as entrevistas procurou-se utilizar termos do linguajar nativo, a fim de se facilitar a comunicação. A transcrição das entrevistas foi feita de forma verbatim, respeitando um linguajar local.

A amostra dos informantes foi definida a partir de indivíduos oportunisticamente encontrados e pelo critério de “especialistas nativos(as)”, que são aquelas pessoas autorreconhecidas e reconhecidas pela própria comunidade como culturalmente competentes (MARQUES, 1995). A ampliação da amostra foi atingida a partir da técnica bola-de-neve (*snowball*), respaldada por Bailey (1994), com a indicação de novos indivíduos pelos anteriormente contatados. Gradualmente, constituiu-se uma rede de entrevistados que levou à obtenção de um consistente corpo de informações.

A amostra foi considerada suficiente quando se atingiu o ponto de saturação (BERTEAUX, 1980 apud SANTOS e SANTOS, 2008), no qual o pesquisador percebe que não mais apreende nada de novo sobre o objeto de estudo durante as entrevistas.



**Figura 1.** Localização geográfica de Bom Jesus dos Pobres (Saubara-BA).

Além das entrevistas, foram realizadas observações diretas, através do acompanhamento dos informantes em suas atividades exploratórias rotineiras, e também a técnica de percursos guiados em campo, onde os próprios pescadores e marisqueiras serviram de guias em áreas ou nas atividades que desenvolviam (GRENIER, 1998).

Através das entrevistas foram identificados memes – fragmentos reconhecíveis de informação cultural passados de pessoa a pessoa dentro de uma cultura (DAWKINS, 1979; BLACKMORE, 2000; TOLEDO e SILVA, 2014) – utilizados neste trabalho como ferramenta para verificar a consistência das informações. Foram utilizadas apenas as informações que se repetiram em pelo menos 70% das falas dos entrevistados, índice este considerado como suficiente para caracterizar a consistência dos memes. Como preconizado pela Abordagem Etnoecológica Abrangente (MARQUES, 1995), os resultados foram ordenados em Bases Conflitivas e analisados seguindo a tipologia proposta por Little (2001), na qual existem três grandes tipos de conflitos: aqueles em torno da disputa pelo controle sobre os recursos ambientais; conflitos em torno dos impactos sociais e/ou ambientais gerados pela ação humana; e conflitos em torno de valores culturais e modo de vida.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Bases Conflitivas

De acordo com Little (2006), as múltiplas ramificações do paradigma ecológico atestam uma constante ampliação de seu escopo de estudo, ao mesmo tempo em que representam respostas da ciência ecológica para as novas realidades políticas e ambientais que as sociedades confrontam hoje. Marques (1995), assumindo o caráter transdisciplinar da Etnoecologia Abrangente, de forma pioneira, incluiu no seu estudo conflitos socioambientais entre varzeiros da Marituba (Alagoas) e a CODEVASF. Casal (2010) e Martins (2014), em perspectivas etnoecológicas trabalhando com pescadores da RESEX Marinha Baía de Iguape, também enfocaram conflitos entre pescadores artesanais e a Hidrelétrica da Pedra do Cavalo, assim como com o Estaleiro Enseada do Paraguaçu. Monteiro (2014) também nessa linha de trabalho abordou os sérios conflitos existentes entre pescadores e marisqueiras da Ilha de Maré e o Porto de Aratu. Ainda assim, conflitos socioambientais ainda não se configuram um foco de análise muito comum em trabalhos etnoecológicos.

Hatje et al. (2009:247) afirma que “o início da impactação antrópica da Baía de Todos os Santos data do século XVI, com a construção da cidade de Salvador, a implantação dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar e o princípio da ‘indústria’ da construção naval”. Ainda de acordo com esses autores, a aceleração desse processo ocorreu na metade do século XX, quando os municípios localizados no entorno da BTS sofreram intensas transformações socioeconômicas, fruto da chegada

da Petrobrás na região. Como na BTS está a maior concentração de comunidades pesqueiras do litoral da Bahia, esse processo desenvolvimentista tem sido o principal foco de conflitos socioambientais na pesca artesanal, uma vez que tem levado à diminuição de estoques, destruição de habitats, além de perda territórios de pesca (RÊGO, 2019; IRIOS, 2019).

A percepção de pescadores e marisqueiras de Bom Jesus sobre essa diminuição de estoques pesqueiros foi bastante evidenciada, fruto da poluição industrial (gasoduto, porto de Aratu), práticas de pesca (com explosivos e munzuás), além da maré vermelha, um dos maiores desastres socioambientais ocorrido na Baía de Todos os Santos em 2007. Além destas causas, também ficou evidente a preocupação com a construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, em uma área vizinha, dentro do raio de abrangência do território pesqueiro local.

Segundo Little (2001, 2006), os conflitos socioambientais correspondem a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico. Ainda de acordo com este autor, “um conceito propriamente antropológico do conflito vai além de um foco restrito nos embates políticos e econômicos para incorporar elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que nem sempre são claramente visíveis desde a ótica de outras disciplinas” (LITTLE, 2006:91). Na BTS, de acordo com Rios (2019:37), “uma conjuntura política de constante incentivo à expansão industrial nos diversos setores (aquicultura, portuário, turístico, petroquímico, metalúrgico, etc.) e em especial nas zonas costeiras, têm feito com que as políticas públicas busquem privilegiar os grandes empreendimentos que têm sido inseridos em territórios pesqueiros”.

Seguindo esta lógica, foram identificados em Bom Jesus dos Pobres conflitos em torno dos impactos da poluição sobre os recursos ambientais; conflitos relacionados com a construção de empreendimentos; e conflitos a partir da competição entre diferentes técnicas de apropriação dos bens naturais; todos estes inseridos aqui na tipologia proposta por Little (2001) e apresentados na Tabela 1.

### **Conflitos em torno da disputa pelo controle sobre os recursos naturais**

Na pesca de siris em Bom Jesus dos Pobres este conflito está em torno das diferentes técnicas e apetrechos de captura do recurso. O munzuá ou gaiola é uma armadilha utilizada para a captura de siris que consiste em uma gaiola quadrada, com armação em ferro ou cano de PVC, revestida em tela plástica, com pequenas entradas em funil para as presas. Trata-se de uma derivação de antigos munzuás que eram confeccionados com palha de dendezeiro ou cana-brava para capturar siris-de-mangue (SOUTO, 2004), ou seja, é um apetrecho mais recentemente introduzido localmente e com reconhecida maior eficiência de captura quando se comparada a outras técnicas. Segundo Botelho et al. (2000), a inovação tecnológica é uma necessidade que traduz em eficiência, maior produção e menor esforço físico na exploração de um recurso natural. Botelho et al. (op. cit.) e Nascimento et al. (2011) chamam a atenção para a possibilidade de grandes impactos ambientais com a implementação de novas tecnologias de pesca, enfatizando a utilização de redinhas na captura de caranguejos nos litorais de Pernambuco e da Paraíba, respectivamente.

O munzuá é geralmente utilizado por pescadores locais que possuem alguma embarcação, pois o número e o volume das armadilhas exigem um barco para colocá-las nas áreas mais profundas em frente às praias. A utilização deste apetrecho tem sido apontada como uma das responsáveis pela diminuição da coleta de siris feita pelas marisqueiras que utilizam puçás nas coroas ou ganchos e jererés nos alagares, que são poças deixadas nas praias durante a maré baixa. Segundo as marisqueiras entrevistadas, os siris são capturados nestas armadilhas antes de se aproximarem das áreas mais rasas dos sítios de pesca. No entanto, mesmo com esta constatação, a população entende os recursos pesqueiros como um bem comum e meio de sobrevivência de todos, o que faz com que os embates se restrinjam a simples queixas.

*“Essas gaiola veio foi pra destruir porque um bocado de pescador coloca por fora... quem tem embarcação vai botar elas bem mais no fundo, né? Então, os siris só vão entrar naquelas gaiolas e não vem mais. E o pessoal se queixa muito disso aqui. Mas também é um meio de sobreviver dos homens, tá entendendo? E de algumas mulheres também. Inventaram essas gaiolas já tem mais de 10 anos. De primeiro só botava no mangue. Mas agora botam em qualquer lugar. Até porque é mais fácil! A gente isca ali, bota e quando é o outro dia a gente vai e às vezes até duas vezes no dia.”*

*“Não tem confusão. É ruim, mas aí é de todo mundo. A gente não briga por isso não. Jamais a gente brigava. A gente pegou, pegou. Se não veio a gente tem que se conformar com o que tem.”*

**Tabela 1.** Classificação de conflitos socioambientais na comunidade de Bom Jesus dos Pobres, Saubara-BA

	Em torno da disputa pelo controle sobre recursos naturais	Em torno dos valores culturais e modos de vida	Em torno dos impactos sociais e/ou ambientais gerados pela ação humana	Latentes	Manifestos	Endógenos	Exógenos
Uso de gaiolas/munzuás							
Pesca com explosivos							
Maré vermelha							
Construção do Estaleiro							

### Conflitos em torno dos impactos sociais e/ou ambientais gerados pela ação humana

Em Bom Jesus dos Pobres a maré vermelha e a pesca com explosivos foram apontados como exemplos mais difundidos dos impactos causados pela ação antrópica. Em 2007, uma maré vermelha ocasionou um dos maiores desastres ambientais já registrados na Baía de Todos os Santos, tendo sido divulgada uma mortandade de aproximadamente cinquenta toneladas de peixes e mariscos.

Segundo o laudo técnico do Centro de Recursos Ambientais (CRA-BA), a proliferação exagerada das microalgas, *Gymnodinium sanguineum*, provocam obstrução das brânquias de organismos aquáticos, levando-os à morte por asfixia. De acordo com o documento,

*“As marés vermelhas ocorrem em diversas regiões costeiras e oceânicas do mundo e podem ser causadas quando as microalgas do plâncton encontram um ambiente favorável, como por exemplo, riqueza em nutrientes e condições oceanográficas estáveis. As microalgas são organismos unicelulares e microscópicos – 20 vezes menor que a cabeça de um alfinete, que constituem a base da cadeia alimentar aquática. Algumas espécies podem produzir toxinas ou ser nocivas aos organismos aquáticos”.*

Como afirma Monteiro e Prost (2009), a atividade pesqueira sofreu fortemente com esse fenômeno que devido à mortandade dos peixes causou uma grande redução no consumo do pescado, fruto do medo de contaminação. A pesca e mariscagem foram proibidas por um determinado tempo por ordem do Instituto Brasileiros do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

*“Você tava na maré, você via assim uma maré turva. Você não enxergava o chão. Você passar pelo lugar mais alto do mundo não conseguia enxergar, olhava assim turva, quando deu esse problema aqui. Nunca deu. A gente morou esse tempo todo aqui antes de botar esses tubos aí e nunca teve isso! Nunca teve!”*

A Petrobrás chegou a ser apontada como possível responsável pelo ocorrido, pois possui projetos, como o Manati, que tem tubulações em alguns pontos da Baía. Apesar de essa hipótese ser totalmente descartada pelo CRA, a maré vermelha não parece ser uma explicação convincente para os entrevistados. Segundo estes, o desastre provocou um grande impacto na vida da comunidade e apesar do que apresenta os estudos, muitos não acreditam na maré vermelha. É recorrente a citação de que tenha havido vazamento em um dos dutos da Petrobrás que passam pelo litoral de Bom Jesus e muitos pescadores afirmaram terem visto luzes e sons de uma suposta embarcação que estaria fazendo manutenção nas tubulações durante à noite naqueles dias.

*“É isso daí, foi a Petrobrás! Foi gás! Vazou, o gás mesmo! E disse que é maré vermelha... Que maré vermelha?! Engana é os outros, a mim não engana não! Mas é verdade mesmo”.*

*“Não só eu não acredito na maré vermelha. Várias pessoas e as pessoas mais velhas que a gente cansa de dizer: Nunca existiu maré vermelha! Que isso foi depois da tubulação do gasoduto e aí foi que teve esse negócio de maré vermelha. E tinha vezes que a gente ainda via uma luzinha bem longe no mar tarde da noite e todo mundo falava que era eles consertando os tubos na época da maré vermelha. Aparecia um barco bem longe, a gente via bem tarde da noite e no outro dia já não tava mais. É muito suspeito, mas como a Petrobras tudo recorre e tudo ganha, né?! A gente que somos pequenininho tem que esperar e ver o que acontece, né?!”*

*“Morreu bebe fumo, morreu siri, até uns meses atrás tava morrendo um bocado de sambuio aí. Eu acho assim, depois que botou esse diacho desse tubo aí, acabou foi com tudo. Aí tão dizendo que foi essa maré vermelha. Mãe, meu pai, minha vó, minha bisavó tudo criado aqui, nunca teve nada de maré vermelha. Eu desde que sou nascida nunca ouvi dizer que tem maré vermelha.”*

A descrença da população é explicada pelo fato de nunca ter sido visto este fenômeno na comunidade, mesmo por gerações anteriores. Essa lógica é compreensível, mas passível de discussão, pois a ocorrência de uma maré vermelha diz respeito a determinadas condições ambientais que podem mudar com o tempo. Hatje et al. (2009) apontam que na BTS, as mudanças ambientais foram drásticas e se iniciaram ainda no século XVI com a construção da cidade de Salvador e se seguiram com diversos ciclos econômicos vividos em suas águas e margens.

No entanto, a maré vermelha não foi o único momento de mortandade de peixes na região. No final de 2010, apareceu uma grande quantidade de um peixe chamado sambuio (*Archosargus rhomboidalis*) morta nas praias locais.

*“Eu acredito que de agora em diante, tudo vai diminuir porque da poluição. Porque ninguém fala da poluição e tá morrendo aí um bocado de peixe. Tem mais de três meses que a praia vive aí cheia, dando de quantidade mesmo de peixe morto. Sem ser aquele lance da maré vermelha. Continua. Diminuiu naquela época, já que eles tomaram alguma providência e diminuiu, mas não é que acabou. E agora, de uns dois meses pra cá tá assim de quantidade de peixe morto. Então, a gente que nasceu e se criou, vive aqui, a gente tem certeza que isso aí é algum produto que tá prejudicando isso. O marisco tá cada vez diminuindo mais”.*

*“Entristece, né? Porque a gente vive disso e a gente tá vendo o peixe morto na praia e a gente não pode nem comer porque a gente não sabe. A gente não vai pegar um peixe desse pra comer pra prejudicar nossa saúde. Eu mesma, fico triste de ver. Teve um dia que eu fui ali na praça, daqui até lá na rua da praia eu contei 58 peixes. Ninguém toma providência. Isso aí já está com mais de dois meses acontecendo. Eu ainda não vi marisco morto, mas acredito que deve tá tudo contaminado. Se o peixe morre por que o marisco não pode tá contaminado também?”.*

Em julho de 2010 deram início à dragagem de aprofundamento no Porto de Aratu, localizado em Candeias. Essas obras ocasionaram a morte de uma grande quantidade de peixes, inclusive o sambuio. Segundo pescadores e marisqueiras da Ilha de Maré, peixes como sambuio, espada, imbirá, carapicu, pescada, bagre, baiacu, bicuda, tainha, carapeba e até robalo, aparecem boiando na maré e dispostos na areia, cortados ou já em estado de decomposição. De acordo com o FishBase, *A. rhomboidalis* é uma espécie comumente encontrada sobre fundos de lama no mangue e em fundos de areia com vegetação, por vezes, em água salobra e, ocasionalmente, também em áreas de recifes de coral perto de manguezais. Alimenta-se de invertebrados bentônicos (bivalves pequenos, crustáceos), bem como em material vegetal. As mudanças das condições ambientais nos nichos ocupados por essas espécies podem ocasionar a morte desses indivíduos. Estudos ecológicos mais aprofundados seriam necessários para que se pudesse comprovar se a morte desses peixes em Bom Jesus foi devido aos efeitos da dragagem que se expandiram até o litoral desta área, ou se os peixes chegaram pelo fluxo das marés.

*“Só tá morrendo sambuio. Mas eles tão achando que é algum produto que tá vindo do lado de lá de Madre de Deus porque o peixe só vem do lado de lá pro lado de cá. E o sambuio é peixe de fundo. Só anda no chão. Ninguém sabe o porquê”.*

Outra forma de conflito se expressa através da pesca com explosivo que, apesar de se configurar como uma técnica de apropriação de recursos, é reconhecidamente ilegal pela lei federal 7.653/88 que dispõe sobre a proteção à fauna, com pena prevista de até três anos de reclusão. Segundo Aguiar Júnior e Dias (2007), esta proibição baseia-se, sobretudo, no fato da atividade não ser seletiva quanto à quantidade e tamanho dos espécimes capturados. O fito e o zooplâncton, o nécton e os bentos são todos eles alvos das ondas de choque de um explosivo, o que provoca a diminuição de organismos na fauna marinha. Além disto, os danos também recaem sobre todo o patrimônio natural representado pelo mangue, praia e recifes de coral; à saúde de banhistas, mergulhadores e os próprios bombistas (mutilação, morte, surdez e cegueira) em consequência das ondas de choque provenientes da explosão (LULA, 1996).

A quase totalidade dos entrevistados teve uma percepção negativa sobre a pesca com explosivos, embora tenham afirmado que os episódios, atualmente, são protagonizados por “bombeiros” de comunidades pesqueiras vizinhas, e não oriundos de Bom Jesus.

*“Olha, daqui, daqui mesmo, parou. Mas até o ano passado ainda tinha. Mas vem gente do outro lado jogar bomba aqui. De lá de Salinas, Conceição da Barra, da Barra mesmo é certo.”*

*“Hoje ainda vem pessoas de fora soltar bomba. Infelizmente tem. Aqui não tem bombeiro, graças a Deus. Não é porque eu sou daqui não, aqui já teve, mas hoje não tem. Aqui em frente. Infelizmente. E o negócio da bomba é que acaba com tudo.”*

*“Os caras que botam bomba não são daqui. É os pessoal de fora. De Conceição, de Salinas, de Itaparica, desses lado aí. São Roque. Mas daqui não tem ninguém”.*

*“Aqui nesse farol. Eles botam direto, bota bomba direto. Só que eles não panha os peixe tudo. Ali eles panha e os que fica perdido, que eles não tem condição de pegar todos, aí você vê na beira da praia os peixes aparecendo tudo podre aí. Agora prejudica nossa vida. Você vê que dava tanto peguari que com esse negócio dessas bombas aí, até os peguaris sumiram. Dava muito peguari aqui. Eu cansava de pegar dois, três sacos de peguari, saco de farinha de 50kg. Era muito peguari, agora só pegava de mergulho no cascalho. Mas agora você vai ali no cascalho você não acha nada. As mulher panhava aí no pé, na beirada aí. Hoje esse negócio de bomba...”*

*“A bomba mata tudo que tiver no mar. No lugar que ela estourar, morre tudo. É siri, é camarão... os filhote é pior, morre tudo. O que tiver perto, morre mesmo! E os cara solta bomba direto! O tempo agora aí num tá calmo? Se o tempo aliviar e os cara encontrar o xaréu ali em Itaparica, ali pro lado da Ilha do Medo, daqui a pouco você ver o pau comer. É quatro, cinco bomba. O que acontece: ele mata 500 xaréu e num pega 200. Quando é noutro dia, a praia tá fazendo nojo. Então, estraga! Acaba! Só vai acabando. O peixe num guenta!”*

Alguns entrevistados admitiram já terem utilizado bombas na pesca, mas que não mais fazem por não acharem correto.

*“Peguei muito peixe de bomba. Quando eu ia pra Ilha do Medo. O que acabou foi isso mesmo. Peguari mesmo acabou tudo. Negócio de marisco tudo acabou. Aquelas pedras da beira caiu por que? Por causa de bomba, o impacto delas. Hoje num tem mais não. Aqui num tem mais bombeiro não. Tem muitos anos que não tem aqui.”*

*“Já botei bomba, hoje minha mãe morreu pedindo pra eu não pegar em bomba, botei bomba, não vou mentir, já botei. Hoje em dia, Deus me livre, tem mais de 20 anos. Eu sou contra a bomba. Por que eu sou contra a bomba? Porque a bomba, além de eu ter errado, que eu já botei, eu acho que ela destrói muito. Destrói a desova, destrói os pequeno, às vezes você mata, não é todos que você panha. E praticamente abala alguém, né?! Alguém somos a gente, é outro pescador, que vive também de outra pesca. Porque às vezes a bomba só protege eu e você que botei. E o outro que vem pra pescar? Que você já chegou já matou a desova? E o outro que depende do peixe dele também pra poder sobreviver, pra o sustento dele? Então eu sou contra.”*



Outros reclamaram da falta e/ou eficiência da fiscalização por parte dos órgãos competentes, afirmando, inclusive, que sabem quem são aqueles que colocam bombas, mas que preferem não se envolver, temendo, inclusive, retaliações, o que acentuaria o conflito.

*“Denuncia, denuncia. Só que eles só vem no dia errado. Realmente, porque tem uma canoa que já é conhecida. Mas o caras não gostam de querer se envolver, né?! Porque eu acho que isso é um trabalho deles”.*

### **Conflitos em torno de valores culturais e modo de vida**

O Estaleiro Enseada do Paraguaçu (EEP) é apenas uma parte dos grandes projetos propostos pelo governo estadual previsto no entorno da Baía de Todos os Santos, como a construção da Ponte Salvador-Itaparica e o Polo Industrial do Recôncavo. Nos limites da Reserva Extrativista Marinha Baía de Iguape, concebido licença para implantação após redefinição tendenciosa das poligonais da RESEX, este estaleiro se configura em um empreendimento da lógica desenvolvimentista e anuncia potenciais efeitos negativos sobre os recursos naturais e comunidade locais (DIAS et al., 2010; PROST, 2010; RIOS, 2019). Aliado a grandes empreiteiras (Odebrecht, OAS, UTC e Kawasaki), o empreendimento é o maior investimento da iniciativa privada na Bahia no segmento da indústria naval, refletindo de forma clara a lógica do capital inserida no Estado.

A construção do EEP, portanto, é a materialização do confronto entre diferentes projetos de uso e significação dos recursos ambientais. O próprio EIA/RIMA produzido pelo proponente já previa isto, pois apresentava uma série de inconsistências teóricas e metodológicas que foram discutidas e questionadas por uma equipe de pesquisadores (Comissão Pró-Iguape) com grande experiência em ambientes marinhos e pesca artesanal (MARTINS, 2010).

Ainda que alguns entrevistados consigam vislumbrar a possibilidade de certos benefícios (emprego e renda) para Bom Jesus dos Pobres, a quase totalidade se mostrou preocupada e/ou contrária à implantação do empreendimento na região. Os argumentos utilizados nas críticas é que o estaleiro se configurará em uma ameaça ao ambiente e seus recursos e, conseqüentemente, ao modo de vida da comunidade. O que está em jogo, portanto, não é apenas a disputa pelo recurso e sim pelo controle sobre o seu espaço tradicional de apropriação material e simbólica.

Os pescadores e marisqueiras ouvidos apontaram prováveis conseqüências que a construção deste estaleiro pode trazer para a comunidade, tendo em vista que os sítios de pesca locais estão dentro da área de influência direta do empreendimento. De acordo com os entrevistados, a implantação do empreendimento influenciará negativamente sobre a quantidade e qualidade dos recursos; sobre suas práticas de pesca e mariscagem; sobre o acesso a sítios de pesca; e sobre a dinâmica da comunidade, pois haverá um aumento da circulação de pessoas de fora.

*“Pra mim e como pra muitos aqui, nós tivemos uma reunião tem uns 15 dias a 20, com a quantidade de boa de marisqueira aqui. Oitenta marisqueiras aqui com os pescadores também. Eles não tão aceitando de jeito nenhum. Isso é uma enganação. Não vai ter geração de emprego nenhum. O pescador vai ficar é lavando barco. E eles não querem esse tipo de propaganda enganosa. [...] Estão arrancado a mão e os braços das marisqueiras pra pescar. Acabando o mar vai ter o que também mais o pescador? O pescador vai fazer o que?”*

*“Vai encostar muita embarcação, vai atrapalhar a gente pescar. Vai dar prejuízo porque vai lascar muita as rede. Essa pesca aí de reça no canal vai acabar porque não vai ter condições de pescar mais. A tendência aqui é só piorar os negócio de marisco. Vai atrapalhar muito, muito, muito mesmo! Vai ficar muito ruim pra gente que pesca”.*

*“Eu sou contra. E a gente aqui tinha muita fé da gente andar, a gente não tinha medo. Com isso aí agora como é que a gente vai ficar? A gente vai sozinha pro Araripe. Você acha que com essa construção aí a gente vai poder subir sozinha? A gente pesca de noite, a gente facheia de noite. Ontem eu fui fachear mais minha mãe sozinha na maré, depois que Tonha veio. Você acha que a gente vai ter essa liberdade, essa privacidade?”*

*“Eu num tô achando isso bom não. Eu acho mesmo que isso aí vem é pra acabar o mar, o costeiro. Tão querendo construir em dique seco aí na barra de São Roque, perto do Monte Cristo. Quem vai ter um trabalho fixo, tá bom. Porque eu acho que isso vem aí é pra acabar mesmo com o costeiro. E quem não tem mais condição de ter um trabalho? De pegar um trabalho lá pra ganhar um salário? Vai viver de que,*

*se vive do mar? Porque essa construção aí vai ter muito produto químico, muita embarcação. Isso vem tudo pra destruir aqui”.*

Ainda segundo Little (2001), os conflitos socioambientais podem ser analisados em relação às suas dinâmicas internas, sendo assim categorizados em “latentes”, quando ainda não se manifestaram em um espaço público; e “manifestos”, que são conflitos que já atingiram as partes e já são percebidos por terceiros. Seguindo esta lógica, em Bom Jesus dos Pobres há conflitos latentes entre os que pescam siris com munzuá e os que pescam com puçá e jereré, na pesca com explosivos e na construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu.

O conflito na pesca com munzuá se expressa na diferença de estratégias de acesso ao recurso siri que tem diferentes eficiências. Não há, portanto, embates entre os atores em questão, mas sim uma retórica de disputa de interesses. A pesca com bombas também se configura em um conflito latente, mas muito mais por receio do enfrentamento com os “bombeiros” do que por um entendimento do compartilhamento de recursos. Como se trata de uma atividade ilegal, feita com explosivos e por pessoas potencialmente perigosas, o embate direto pode incorrer em riscos de integridade física, o que faz com que não se manifestem de forma mais expressiva.

No caso do EEP, ainda que esteja localizado nas proximidades da comunidade e apesar da real possibilidade da sua construção e implantação trazer consequências negativas à comunidade pesqueira, não houve ainda disputas abertas entre a comunidade e os empreendedores, configurando-o como um conflito latente. No entanto, como as obras para a implantação já estejam adiantadas, é possível que esse conflito se manifeste de forma mais efetiva, pois aumentam as chances de ocorrerem impactos sociais e ambientais desse empreendimento sobre a comunidade de Bom Jesus dos Pobres e na Baía de Todos os Santos.

Em se tratando da maré vermelha e da pesca com explosivos, são conflitos que já atingiram as partes e que já é percebido por terceiros. A maré vermelha caracteriza um dos processos desencadeados pela poluição crônica que a Baía de Todos os Santos tem sofrido, representando uma ameaça às atividades econômicas da população local. O fenômeno foi extremamente noticiado sendo o maior desastre ambiental registrado na BTS e grande parte da população foi atingida direta ou indiretamente e dizem sofrer ainda as consequências tanto do acidente como da contaminação da Baía. Em Bom Jesus dos Pobres, pescadores e marisqueiras ainda travam embates com governo, prefeitura e/ou empresas por causa desse acontecimento. A pesca com explosivos é a maior ameaça ao ecossistema da BTS considerada ilegal e danosa ao meio ambiente.

Segundo Little (2001), apesar de conflitos socioambientais dentro de um mesmo sistema produtivo possam ocorrer, os mais difíceis são aqueles que tendem a acontecer entre sistemas produtivos diferentes. Diante disto, propõe-se aqui uma classificação de conflitos socioambientais quanto à sua origem e expressão. Tem-se, portanto, os endógenos, que se originam e se expressam no seio da comunidade ou dentro do mesmo sistema produtivo; e os exógenos que são originados por ações de agentes externos àquela ou entre sistemas produtivos diferentes.

Em Bom Jesus dos Pobres tem-se como conflitos endógenos a pesca com munzuá e pesca com explosivos, pois se travam entre os próprios comunitários. A pesca com munzuá representa muito bem essa classificação, pois os atores sociais envolvidos são os pescadores e marisqueiras, evidenciando as distintas formas de apropriação dos recursos. Em se tratando da pesca com explosivos e especificamente no caso de Bom Jesus dos Pobres, hoje, por declararem não haver mais “bombeiros” da comunidade, o conflito se dá com atores de comunidades próximas que usam essa técnica no mesmo território pesqueiro. Como não foi possível determinar onde e como surgiu esse conflito, considerou-se aqui, portanto, a disputa dentro do mesmo sistema produtivo.

Entre os conflitos socioambientais exógenos, têm-se a maré vermelha e a construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, originados por ações de agentes externos à comunidade. No caso da maré vermelha, a comunidade claramente “escolheu” como protagonista externo a Petrobrás, embora o fenômeno, técnica e oficialmente, tenha se originado pela contaminação das águas da BTS. Ainda assim, a origem seria por intermédio de agentes externos. Assim como a maré vermelha, a construção do estaleiro é um conflito que nasce fora da comunidade. Se expressa com muita clareza pelos diferentes modos de apropriação e uso do espaço e recursos entre o capital desenvolvimentista e o modo de vida da pesca tradicional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da crescente degradação ambiental pela qual passa a Baía de Todos os Santos, inúmeras comunidades pesqueiras artesanais ainda mantêm seus modos de vida baseados num amplo arcabouço de conhecimentos, práticas, crenças e percepções adquiridos através de séculos de relações com o meio. Neste contexto, Bom Jesus dos Pobres poderia muito bem ser um modelo representativo deste quadro, tanto no que se refere à expressão de sua tradicionalidade, como pela sobrevivência da mesma em meio a tantos impactos.

Conhecimentos demonstrados por pescadores e marisqueiras locais, bem como o conjunto de práticas e estratégias cotidianas de acesso aos recursos, além de serem importantes sob o aspecto cognitivo, tornam-se um testemunho de uma realidade presente de grandes transformações por que passa toda a região. As próprias transformações nas estratégias de pesca ao longo do tempo também são passíveis de fomentar conflitos endógenos. As percepções demonstradas sobre estes impactos casados por empreendimentos seriam passíveis de serem utilizadas pelo poder público, tanto como lição de um passado recente de degradação ambiental e desestruturação sociocultural, como um alerta ao futuro preocupante que, infelizmente, já começou.

Com as transformações, vieram os conflitos socioambientais, marcados pelas profundas diferenças de interesses entre as tradições e o desenvolvimentismo (pós?)moderno. O cenário alarmante de degradação ambiental que se desenha está intimamente relacionado com o modelo desenvolvimentista adotado (e fomentado) pelo Estado, que, além de não reconhecer equívocos e problemas, se aliena de suas consequências, seja pela falta de ações efetivas positivas (fiscalização, punição, assistência), seja pela adoção de ações deliberadamente negativas (concessões, licenciamentos irresponsáveis).

A pesca em Bom Jesus dos Pobres, não apenas por ser executada por segmento historicamente pouco empoderado e organizado, ainda se vê ameaçada até pela posição geográfica do distrito, uma vez que se encontra no raio de ação da nova fronteira desenvolvimentista da BTS (estaleiros, pontes, portos, aquicultura, turismo, etc.). O presente trabalho buscou reforçar a Etnoecologia Abrangente como uma ferramenta de grande utilidade, tanto para a obtenção de dados e informações relevantes, quanto para gerar uma análise socioecológica e ambientalmente responsável.

## AGRADECIMENTOS

À comunidade de Bom Jesus dos Pobres, cujos pescadores e marisqueiras nos disponibilizaram seus tempos, seus conhecimentos, seus ensinamentos, além de muito respeito e carinho. Toda nossa gratidão ainda é pouca. À FAPESB, pelo financiamento desta pesquisa, dentro do Projeto Kirimurê.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relumê Dumará; Fund. Heinrich Boll, 2004a.
- AGUIAR JR, T.R. de; DIAS, E.J.R. Comunidade litorânea afetadas pela pesca com explosivos na Baía de Todos os Santos-BA: Uma análise da condição sócio-econômico-ambiental. Candombá – Revista Virtual, v. 3, n. 1, p. 40–44, jan – jun 2007
- ALMEIDA, V.G. Aspectos da fauna. In: Baía de Todos os Santos: diagnóstico socio-ambiental e subsídios para a gestão. Salvador: Germen/UFBA-NIMA, 1997, p.137-150.
- ALVES, T.S. A Pesca artesanal em Baiacu (Vera Cruz-BA): identidade, contradições e produção do espaço. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2015.
- AMOROZO, M.C., MING, L.C.; SILVA, S.P. da. Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas. Rio Claro: UNESP/CNPq, 2002.
- ARAÚJO, N.M.S., MENDONÇA, E.S.; COSTA, J.M.A.; SILVA, J.P. Conflitos socioambientais no Nordeste brasileiro: tema de interesse do serviço social. R. Katál., Florianópolis, v.12, n.2, p.363-373, 2019.
- BAHIA PESCA. Perfil do setor pesqueiro (Litoral do Estado da Bahia). Salvador: Bahia Pesca, 1994.
- BAILEY, K. Methods of social research. New York: The Free Press, 1994.
- BLACKMORE, S. The power of memes. Scientific american, 4 (283): 52-61, 2000.
- BOTELHO, E.R.; O., SANTOS, M.C.F.; PONTES, A.C.P. Algumas considerações sobre o uso da redinha na captura do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763) no litoral sul de Pernambuco, Brasil. Bol. Téc. Cient. CEPENE, v.8, n.1, p.55-71, 2000.
- BRANDÃO, M. de A. Os vários recôncavos e seus riscos. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras. V.1. n.1, p.53-56, 2007.

- BRITO, R.R.C. Ambientes Aquáticos. In: FALCON, G. (Ed.). Baía de Todos os Santos; diagnóstico socio-ambiental e subsídios para a gestão. Salvador: Germen/UFBA-NIMA, 1997. p.71-78.
- CASAL, F.C. Maré, Mangue e Marisco: Etnoecologia da Pesca Artesanal de Crustáceos na Comunidade do Angolá (RESEX Marinha da Baía do Iguape), Maragogipe – Bahia. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana-BA, 2010.
- CASAL, F.C.; SOUTO, F.J.B. Conhecimentos etnoecológicos de pescadores da RESEX Marinha Baía de Iguape sobre ecologia trófica em ambiente de manguezal. *Ethnoscintia*, v. 3 p.1-18, 2018
- CINTRÓN, G.; SCHAEFFER-NOVELLI, Y. Introducción a la ecología del manglar. Montevideo: UNESCO/ROSTLAC, 1983.
- COUTO, V.A.; AZIZ, C.; ROCHA, A.G.P. Caracterização sócio-econômica. In: FALCON, G. (Ed.) Baía de Todos os Santos; diagnóstico socio-ambiental e subsídios para a gestão. Salvador: Germen/UFBA-NIMA, 1997. p.167-184.
- DAWKINS, R. O Gene egoísta. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- DIAS, T. L da S.; CODES, D. H. C. de; BANDEIRA, F. P. S. de F. Comparação de Conflitos Sócio-ambientais em dois municípios da Baía de Todos os Santos, Bahia – um estudo preliminar de percepção. II CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ETNOBIOLOGIA, VIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA. Recife, novembro de 2010.
- DIEGUES, A.C.S. Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras. São Paulo: NEPAUB-USP, 1995.
- \_\_\_\_\_. Ecologia humana e planejamento costeiro. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.
- \_\_\_\_\_. (Org.) Povos e águas: inventário de áreas úmidas. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2002.
- FONTOURA, M.H. Atualização do diagnóstico de áreas recifais relevantes para a conservação da biodiversidade da Baía de Todos os Santos. Monografia de Graduação, UFBA, Salvador-BA, 2017.
- GRENIER, L. Working with indigenous knowledge: a guide for reseachers. Canada: International Development Research Centre, 1998.
- GUEDES, M.L.S.; SANTOS, J.J. Vegetação: mata ombrófila densa e restinga. In: FALCÓN, G. (Ed.). Baía de Todos os Santos; diagnóstico socio-ambiental e subsídios para a gestão. Salvador: germen/UFBA-NIMA, 1997. p.125-135.
- HATJE, V.; BÍCEGO, M.C.; CARVALHO, G.C. de; ANDRADE, J.B. de. Contaminação química. In: HATJE, V. & ANDRADE, J.B. de. Baía de Todos os Santos: aspectos oceanográficos. Salvador: EDUFBA, 2009.
- LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (org.). A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001.
- LITTLE, Paul. E. Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, 2006.
- LULA, A. Pesca predatória com uso de explosivos na Baía de Todos os Santos. Monografia de Graduação, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 1996.
- MARQUES, J.G.W. Pescando pescadores: etnoecologia abrangente no baixo São Francisco. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995
- MARTINS, V.S. Relatório Final sobre o EIA-RIMA do Estaleiro do Paraguaçu, Bahia. Comissão Pró-Iguape, Maragogipe-BA, 2010.
- MARTINS, V.S. As Cores negras da lama: etnoecologia abrangente na comunidade quilombola Salamina Putumuju, Recôncavo da Bahia. Tese de Doutorado, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2014.
- MONTEIRO, I.R.T. Modelagem Etnoecológica do Território da Pesca Artesanal em Ilha de Maré, Salvador-BA. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana-BA, 2014.
- MONTEIRO, S. S; PROST, C. Impactos de atividades econômicas sobre os recursos hídricos na Baía do Iguape e Saubara. Extraído da internet em 26 de setembro de 2011. <egal2009.easyplanners.info/area07/7377\_Santos\_Monteiro\_Soraia.doc>
- NASCIMENTO, D.M.; MOURÃO, J.S.; ALVES, R.R.N. Substituição de técnicas tradicionais de captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) pela técnica “redinha” no estuário do rio Mamanguape, Paraíba. *Sitientibus série Ciências Biológicas*, n.11, v. 2, p. 113-119, 2011.
- OLIVEIRA, W.F. Evolução sócio-econômica do Recôncavo Baiano. In: FALCÓN, G. (Ed.). Baía de Todos os Santos; diagnóstico socio-ambiental e subsídios para a gestão. Salvador: Germen/UFBA-NIMA, 1997. p.43-56.
- PEIXOTO, J.A.S. Baía de Todos os Santos: vulnerabilidades e ameaças. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2008.
- PROST, C. RESEX Marinha versus Polo Naval na Baía de Iguape. *Novos Cadernos NAEA*, v.13 n.1 p.47-70, 2010.
- QUEIROZ, E.L. Baía de Todos os Santos: História, geologia, o homem e ecossistemas associados. In: Encontro Nacional de Educação Ambiental em áreas de manguezais. 1, Maragogipe, 1993. Anais..., Maragogipe-BA, 1993.

- RÊGO, J.C.V. Ilha de Maré vista de dentro: um olhar a partir da comunidade de Bananeiras, Salvador-BA. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2019.
- RIOS, K.A.N. As Comunidade tradicionais pesqueiras da Baía de Todos os Santos: contradições, lutas e resistências. Mares: Revista de Geografia e Etnociências. v.1, n.1 p.28-38, 2019
- SANTOS, I.M.M e SANTOS, R. da S. A etapa de análise no método história de vida – uma experiência de pesquisadores de enfermagem. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 714-9, 2008.
- SCHAFFER-NOVELLI, Y. Perfil dos ecossistemas litorâneos brasileiros, com especial ênfase sobre o ecossistema manguezal. Publ. Esp. Inst. Ocean., n.7, p.1-16, 1989.
- SENNA, C. Evolução do patrimônio edificado. In: FALCÓN, G. (Ed.). Baía de Todos os Santos; diagnóstico socio-ambiental e subsídios para a gestão. Salvador: germen/UFBA-NIMA, 1997. p.57-67.
- SILVA, L. S. da. A economia pesqueira artesanal no município de Salvador-BA: da organização produtiva a comercialização nas colônias de pescadores. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2013.
- SOARES, L.S.H.; SALLES, A.C.R.; LOPEZ, J.P.; MTO, E.Y.; GIANNINI,R. Pesca e produção pesqueira. In: HATJE, V.; ANDRADE, J.B. de (Orgs). Baía de Todos os Santos. Aspectos oceanográficos. Salvador: EDUFBA, 2009.
- SOUTO, F.J.B. A Ciência que veio da lama. Uma abordagem etnoecológica abrangente das relações ser humano/manguezal na comunidade pesqueira de Acupe (Santo Amaro-BA). Tese de doutorado. Universidade Federal de São. São Carlos-SP, 2004.
- \_\_\_\_\_. A Ciência que veio da lama: Etnoecologia em áreas de manguezal. Recife: NUPEEA, 2008, 92pp.
- SOUZA, G.S. Tratado descritivo do Brasil em 1587: edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França e acrescentada de alguns comentários por Francisco Adolfo de Varnhagen. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. 9. ed. rev. atual. Recife: FJN; Ed. Massagana, 2000
- SENNA, C. Evolução do patrimônio edificado. In: FALCÓN, G. (Ed.). Baía de Todos os Santos; diagnóstico socio-ambiental e subsídios para a gestão. Salvador: germen/UFBA-NIMA, 1997. p.57-67.
- TAVARES, T.M.; CAMPOS, V.P. Ambiente atmosférico. In: FALCÓN, G. (Ed.). Baía de Todos os Santos; diagnóstico socioambiental e subsídios para a gestão. Salvador: germen/UFBA-NIMA, 1997. p.79-109.
- TOLEDO, V.M. What is ethnoecology? Origins, scope and implications of rising discipline. Etnoecologia, v.1, n.1, p.5-27, 1992.
- TOLEDO, G.L; SILVA, T.T. da. A Memética e o seu lugar entre as ciencias. Scientiarum historia. VII, 2014.
- TUXILL, J.; NABHAN, G.P. Plantas, comunidades y areas protegidas. una guía para el manejo in situ.. Reino Unido: Nordan Comunidad/WWF/UNESCO, 2001.
- VANNUCCI, M.. Os manguezais e nós: uma síntese de percepções. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.